

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

INSTITUTO DE PREVDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PARANAIBA –
PREVIM

Exercício de 2022

Conselho Administrativo do PREVIM

Marcelo Alves de Freitas – Diretor Executivo

Robson Jesus da Silva – Diretora Financeiro

Geny Maria Vieira das Graças – Diretora Secretária de Benefícios

Área Contábil

Rogério Luiz de Paulo – Contador

1.0 Apresentação - Contexto Operacional

O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Paranaíba - PREVIM localizado no Estado de Mato Grosso do Sul, Autarquia Municipal, Administração Indireta, órgão público do Poder Executivo Municipal, instituído através da Lei Complementar nº 011 de 04/12/2001, que cria o RPPS de Paranaíba/MS.

As demonstrações contábeis foram elaboradas levando em consideração a Lei nº. 4320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada Ao Setor Público (MCASP) 9ª Edição, Princípios Contábeis e outras normas específicas vigentes. Os registros contábeis atendem às obrigações exigíveis até 31/12/2018 do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais instituídos pela Portaria nº. 548/2015 da Secretaria do Tesouro Nacional.

2.0 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado seguindo o modelo instituído pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário é elaborado utilizando-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa) do PCASP.

O Balanço Orçamentário é composto por:

Quadro Principal: Onde são apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas são apresentadas conforme a classificação por natureza.

Conforme poderá ser verificado no exercício em pauta, houve um Superávit Orçamentário de R\$ 4.462.901,72, conforme sintetizado no quadro abaixo.

Receita Orçamentária	23.934.359,79
Despesa Orçamentária	19.471.458,07
Superávit	4.462.901,72

O orçamento manteve o mesmo valor inicialmente previsto de R\$ 22.092.500,00, pois fora anulado no fundo o de R\$ 2.400.000,00 e suplementado de R\$ 2.400.000,00, alterações que se encontram devidamente demonstradas nos anexos do Balanço.

Decreto	Superávit	Excesso	Suplementação	Anulação
933/22	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
978/22	0,00	0,00	20.000,00	200,00
1019/22	0,00	0,00	2.060.000,00	2.060.000,00
1034/22	0,00	0,00	120.000,00	120.000,00
Soma	0,00	0,0	2.400.000,00	2.400.000,00

2.2 - Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte seguindo o modelo instituído pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição.

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

O Balanço Financeiro é elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- Classes 1 (ativo) e 2 (passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte;
- Classes 4 (variações patrimoniais aumentativas) e 3 (variações patrimoniais diminutivas) para as transferências financeiras recebidas e concedidas, respectivamente;
- Classe 5 para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei n.º 4.320/1964; e
- Classe 6 para o preenchimento das informações de execução da receita e despesa orçamentária.

Conforme as regras do MCASP, as informações são apresentadas por fonte/destinação de recursos, segregando em destinações ordinárias e vinculadas.

O detalhamento das vinculações é feito de acordo com as principais áreas de atuação do setor público.

O quadro abaixo demonstra de forma sintetizado a posição em 31/12/2022.

RECEITA	
Receita Orçamentária (I)	23.934.359,79
Transferências Financeiras Recebidas (II)	0,0
Recebimentos Extraorçamentários (III)	47.481.036,96
Saldo do Exercício Anterior (IV)	1.331.572,22
Total (V) = (I+II+III+IV)	72.446.968,97
DESPESAS	
Despesa Orçamentária (VI)	19.471.458,07
Transf. Financeiras Concedidas (VII)	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	51.996.398,72
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	979.112,18
Total (X) = (VI+VII+VIII+IX)	72.446.968,97

2.3 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal: Conforme o MCASP, o QUADRO PRINCIPAL do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) do PCASP.
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais.
- Quadro das Contas de Compensação: elaborado utilizando-se a classe 8 (controles credores) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

O Balanço Patrimonial se divide em Contas Ativas e Passivas

ATIVO

O Ativo faz parte das *Contas Patrimoniais* e compreende o conjunto de Bens e Direitos da organização (entidade, empresa), possuindo valores econômicos e podendo ser convertido em dinheiro (proporcionando ganho para a empresa).

É a parte positiva da posição patrimonial e identifica onde os recursos foram aplicados. Representa os benefícios presentes e futuros para a empresa.

Ativo Circulante: Os valores registrados nesta conta representam o Ativo e faz parte das *Contas Patrimoniais* e agrupa dinheiro e tudo o que será transformado em dinheiro rapidamente. São contas que estão constantemente em giro, movimento, circulação.

Neste grupo são registrados os bens e direitos do município que consegue realizar (transformar) em dinheiro até o final do exercício seguinte, ou seja, no **curto prazo**.

Ativo Não Circulante: Os valores nesta conta representam o Ativo e faz parte das *Contas Patrimoniais* nela são registrados os direitos que serão realizados (transformados em dinheiro) após o final do exercício seguinte (**longo prazo**), no caso do Balanço em pauta a mesma registra os valores da dívida ativa do Município.

Ativo	
ATIVO CIRCULANTE	33.307.036,25
Caixa e Equivalentes de Caixa	979.112,18
CONTA ÚNICA RPPS	979.112,18
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	5.483.080,84
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	26.844.843,53
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.672.026,14
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	23.117.138,10
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	23.117.138,10
IMOBILIZADO	554.888,04
BENS MÓVEIS E IMOVEIS	554.888,04
TOTAL	56.979.062,39

PASSIVO

O passivo corresponde ao saldo das [obrigações](#) devidas, o passivo é a coluna da direita num [Balanço Patrimonial](#). Um exemplo de passivo seria uma conta a pagar.

Passivo Circulante: Neste grupo são escrituradas as obrigações da entidade, no caso do Balanço em tela foram registradas as obrigações contraídas com fornecedores (restos a Pagar) e consignações.

Passivo Não Circulante: Neste grupo são escrituradas as obrigações da entidade, que vencem após o exercício seguinte,

Patrimônio Líquido: A *Situação Patrimonial Líquida* também faz parte do **PASSIVO** (obrigações), e representa aquilo que, de fato, a pessoa tem. Isto é, sua **riqueza efetiva**, o que lhe sobra depois de pagar todas as suas dívidas.

Os recursos do Fundo, estão depositados nas contas do mesmo e devidamente aplicados, sendo evidenciada a disponibilidade financeira, como direito, na unidade gestora.

Passivo	
PASSIVO CIRCULANTE	137.066,33
OBRIGAÇÕES TRAB., PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	0,00
PESSOAL A PAGAR	0,00
PESSOAL A PAGAR	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	137.066,33
CONSIGNAÇÕES	137.066,33
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	51.513.893,99
PROVISÕES A LONGO PRAZO	51.513.893,99
TOTAL DO PASSIVO	51.513.893,99
Resultados Acumulados	5.328.102,07

Resultado do Exercício	-2.844.533,78
Resultado de Exercício Anteriores	8.170.533,34
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.101,63*
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.328.102,07
TOTAL	56.979.062,39

* Referente a contribuição previdenciária p/ RPPS parte dos servidores efetivos do PREVIM a receber mês 12/2021 não contabilizada no exercício anterior.

O Ativo Real Líquido é a diferença entre os valores do ativo (+) e do passivo (-) do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Paranaíba - PREVIM em 31/12/2022, apresenta o valor de R\$ 5.328.102,07 (cinco milhões e trezentos e vinte oito mil e cento e dois reais e sete centavos)

2.4 - Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais foi elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP, a fim de demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade ou do ente seguindo o modelo instituído pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

Variações Patrimoniais Aumentativas	
CONTRIBUIÇÕES	21.896.302,07
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS *(N1)	21.896.302,07
VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS FINANCEIRAS *(N2)	3.535.088,50
JUROS E ENCARGOS DE MORA	54.973,11
OUTRAS VARIAÇÕES PAT. AUM. FINANCIERAS	3.480.115,49
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	900.143,54
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS *(N3)	900.143,54
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	26.331.534,511
Variações Patrimoniais Diminutiva	
PESSOAL E ENCARGOS	832.736,04
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	551.344,41
31.90.11 Vencimentos e Vantagens	551.344,41
31.90.91 Sentença Judicial	0,00
ENCARGOS PATRONAIS	78.711,57
31.90.13 Obrigações Patronais	78.711,57
BENEFÍCIOS A PESSOAL	202.680,06
31.90.91 Sentença Judicial	202.680,06
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	18.329.961,95
APOSENTADORIAS E REFORMAS	16.640.529,80
31.90.01 Aposentadorias	16.640.529,80
PENSÕES	1.689.432,15

31.90.03 Pensões	1.689.432,15
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	321.729,78
Uso de Material de Consumo	7.593,84
3.3.90.30 Material de Consumo	7.398,56
Serviços	245.835,54
3.3.90.14 Diárias	54.432,50
3.3.90.33 Despesas c/ Locomoção	6.842,69
3.3.90.35 Consultoria	106.217,76
3.3.90.39 Outros Serviços - PJ	40.176,95
3.3.90.39 Restos a Pagar	7.500,00
3.3.90.40 Serv. Tec. Informação	30.665,64
Depreciação, Amortização e Exaustão	68.300,40
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	9.175,60
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	9.175,60
33.50.41 Contribuições	9.175,60
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E I. DE PASSIV	7.742.457,18
Reavaliação e Ajustes de Perdas * (N4)	2.775.342,10
Desincorporação de Ativos * (N5)	4.967.115,08
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.940.007,30
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	53.665,10
3.3.90.86 Compensação Prev.	43.045,97
3.3.90.93 Sentenças Judiciais	10.609,13
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES *(N6)	1.886.352,20
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	29.176.067,85
Resultado Patrimonial do Período	(2.844.533,34)

N1 - Contribuições Sociais

Receitas de Contribuições Servidores Ativos	5.657.057,98
Receitas de Contribuições Servidores Inativos	642.482,80
Outras Contribuições Sociais	610.342,54
Receitas de Contribuições Patronais Servidores Ativos	8.811.713,79
Receitas de Contribuições Patronais Sentenças Judiciais	1.107.398,93
Receitas de Contribuições p/ Amortiz. Déficit Atuarial	5.067.306,33
Total	21.896.302,37

N2 - Variações Patr. Aumentativas Financeiras

Juros e Encargos de Mora s/ créditos tributários	54.973,11
Valorização de Cotas dos Investimentos do RPPS	3.480.115,49
Total	3.535.088,60

N3 - Diversas Variações Patrimoniais

Compensação previdência entres os regimes RGPS/RPPS no valor de 879.602,31, e 20.541,23 referente restituições de pagamentos indevidos aposentados e pensionistas e redutor do teto municipal de aposentados.

N4 - Reavaliação e Ajustes de Perdas

Ajustes para perdas em títulos e valores mobiliários, ou seja, são as desvalorizações dos investimentos financeiros do RPPS.

N5 - Desincorporação de Ativos

Refere-se ao ajuste em virtude dos parcelamentos de débitos previdenciários do ENTE junto ao RPPS, débitos parcelados em 200 meses conforme Emenda Constitucional nº 113, gerando os acordos de parcelamentos nº 00633/2022 e nº 00693/2022, com a utilização de taxa de juros simples e índice IPCA acarretou na redução do saldo devedor.

N6 - Constituição de Provisões

refere-se a valores das provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo apuradas conforme **Calculo Atuarial** aprovado pelo Conselho Deliberativo do RPPS.

A unidade gestora apresentou um déficit financeiro no exercício de R\$ 2.844.533,34 (dois milhões e oitocentos e quarenta e quatro mil e quinhentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos).

2.5 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Ingressos	71.115.396,75
Receita de Contribuições	23.934.359,79
Remuneração das Disponibilidades	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00
Outras Transferências Financeiras	900.143,21
Outras Transferências Financeiras	900.143,54
Outros ingressos operacionais	47.181.036,96
Desembolsos	71.467.856,79
Pessoal e demais despesas	20.773.292,47
Transferências concedidas	9.175,60
Transferências das Instituições	9.175,60
Outros desembolsos operacionais	50.685.388,72
<u>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais(I)</u>	-352.460,04
<u>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA(I+II+III)</u>	-352.460,04
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	1.331.572,22
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	979.112,18

Baixa das contas investimento conforme IPC

3.0 Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 9ª edição) da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos vigentes.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBCT SP e o MCASP e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

O escopo das demonstrações contábeis é no nível isolada composta apenas pelo órgão da Administração Indireta, conforme evidenciado no Contexto Operacional.

3.1 Resumo das Principais Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as premissas das NBCT SP e do MCASP.

- Moeda Funcional - A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e a evidenciação das Demonstrações Contábeis é o Real.
- Caixa e Equivalentes de Caixa - Incluem dinheiro em caixa, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da entidade. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- Depósitos Restituíveis - são os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo valor de custo acrescido dos rendimentos do período.
- Créditos a Curto Prazo - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:
 - (i) créditos tributários;
 - (ii) créditos não tributários;
 - (iii) dívida ativa;
 - (iv) transferências concedidas;

- (v) empréstimos e financiamentos concedidos;
- (vi) adiantamentos; e
- (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

• Estoques – Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços, e caso tiver mercadorias para venda, os produtos acabados e os em elaboração e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses materiais são avaliados pelo valor de custo, ou seja, de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o art. 85 da lei 4.320/64. Há, também, a possibilidade de redução dos valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor recuperável, quando o valor reconhecido estiver superior ao valor justo (valor de mercado).

HISTÓRICO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR R\$	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO 2022		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE R\$
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
ALMOXARIFADO (MATERIAL DE USO E CONSUMO)	0,00	7.593,84	7.593,84	0,00
TOTAL	0,00	7.593,84	7.593,84	0,00

• Ativo Realizável a Longo Prazo - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com:

- (i) créditos tributários;
- (ii) créditos não tributários;
- (iii) dívida ativa;
- (iv) empréstimos e financiamentos concedidos;
- (v) investimentos temporários; e
- (vi) estoques.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de custo e nas saídas pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

• Ajuste para Perdas da Dívida Ativa – a metodologia adotada para mensuração do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa, foi a média do histórico de recebimentos nos últimos 03 anos.

• Investimentos – São compostos por:

- (i) participações permanentes;
- (ii) propriedades para investimento; e
- (iii) demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos ou em fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados na prestação de serviços e que não serão vendidos em curto prazo.

Estes bens podem ser avaliados por dois critérios para a mensuração:

- (i) valor justo (valor de mercado); e
- (ii) custo depreciado.

Os demais investimentos são mensurados e avaliados pelo valor de custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (impairment), fruto de avaliações periódicas.

- **Imobilizado** – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de custo (aquisição, construção ou produção). Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar potencial de serviços ou benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente no resultado do período como variações patrimoniais diminutivas.

HISTÓRICO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR R\$	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO 2022			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
		INSCRIÇÃO	INCorp.	Depreciação	BAIXA	R\$
BENS MÓVEIS	64.786,13	0,00	0,00	6.581,16	0,00	58.204,97
BENS IMÓVEIS	558.402,31	0,00	0,00	61.719,24	0,00	496.683,07
TOTAL	623.188,44	0,00	0,00	68.300,40	0,00	554.888,04

- **Intangível** – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados e avaliados com base no valor de custo (aquisição ou de produção), deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

- **Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis e Imóveis** - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o valor de custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os

bens móveis e imóveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis imóveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data do bem estiver em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. A taxa de depreciação e o valor residual utilizados foram utilizados de acordo com o prazo de vida útil dos bens.

- Reavaliação e a Redução ao Valor Recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;

- Passivos Circulantes e não Circulantes As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e juros ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- (ii) empréstimos e financiamentos;
- (iii) fornecedores e contas a pagar;
- (iv) obrigações fiscais;
- (v) provisões; e
- (vi) demais obrigações.

- Empréstimos e Financiamentos - Compreendem as obrigações financeiras contratuais, internas e externas, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. São avaliados e mensurados pelo valor de custo acrescidos das atualizações monetárias e juros incorridos até a data das demonstrações contábeis.

- Provisões – As provisões estão segregadas em seis categorias:

- (i) riscos trabalhistas;
- (ii) riscos fiscais;
- (iii) riscos cíveis;
- (iv) repartição de créditos tributários;
- (v) provisões matemáticas; e
- (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

- Benefícios a Empregados - Benefícios a empregados referentes a encargos de férias e décimo terceiro salário são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego relacionados com aposentadoria e pensões são também reconhecidos pelo regime de competência.

- **Ativos e Passivos Contingentes** – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.
- **Apuração do Resultado** – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - Na Demonstração das Variações Patrimoniais é apurado o Resultado Patrimonial, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.
 - No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário será Déficit Orçamentário
 - No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalentes de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

3.2 Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP. No quadro abaixo é apresentado os procedimentos e os prazos aplicáveis com a situação de implantação de cada procedimento, a saber: implantado, em andamento, não iniciado.

Quadro Resumo dos prazos do PIPCP (Municípios com menos de 50 mil habitantes)		
PCP's em ordem cronológica	Prazo	Situação
4. Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Implantado
12. Provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares	Imediato	Implantado
13. Obrigações com fornecedores por competência.	2016	Implantado
3. Demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas	2019	Implantado
11. Obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	2019	Implantado
5. Provisões por competência.	2021	Não iniciado
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas	2021	Não iniciado

7. Bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	2021	Implantado
10. Obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	2021	Implantado
17. Investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável	2021	Não iniciado
1. Créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	2022	Não iniciado
2. Créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas	2022	Implantado
15. Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	2022	Não iniciado
18. Estoques.	2023	Implantado
8. Bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	2024	Não iniciado
9. Bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	2024	Não iniciado
14. Demais obrigações por competência.	não definido	não definido
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável	não definido	não definido
19. Demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	não definido	não definido

3.3 Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis:

A IPC - 14 padronizou os procedimentos contábeis dos RPPS quanto das movimentações dos investimentos financeiros, e que no mês de janeiro de 2019 o Tribunal de Contas – MS exigiu que fossem cumpridos os requisitos da IPC.

Dessa forma, o RPPS EM 2019, adotou os procedimentos da IPC mas em controle auxiliar em planilhas pela média, sendo que essa pratica não é a mais adequada, que é pelo primeiro que entra primeira que sai, e fazer isso em Excel se tornou inviável, com isso em 2022 **não** adotou as normas da IPC 14 visto que não há ferramentas auxiliares para controle analíticos dos ativos, para 2023 há projeto de contratação ou assessoria financeira ou até mesmo contratar software

especializado em investimentos de RPPS para que possa estar efetuando os registros de execução conforme IPC.

3.4 Declaração de Conformidade

Declaro que as informações evidenciadas nas Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição – MCASP e refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação patrimonial, orçamentária e financeira em 31/12/2022, exceto no tocante as ressalvas abaixo:

3.4.1 Ressalvas: O saldo das contas bancárias correntes e investimentos em 31 de dezembro de 2022 somam R\$ 27.823.955,71, compostos da seguinte forma:

Saldo nos extratos bancários

Tipo	Banco	Agencia	Conta	Saldo
Conta corrente	C. E. F.	0987-3	158-5	666.370,55
Conta corrente	B.B..	0484-7	9096-4	243.439,26
Conta corrente	B.B..	0484-7	39.101-8	69.302,37
Total conta corrente				979.112,18
Conta investimentos	Interior SP			206.401,05
Conta investimentos – IRF-M	SICREDI	0914-4	75755-1	1.616.067,49
Conta investimentos - IMA B5+	C. E. F.	0484-7	158-5	3.338.731,34
Conta investimentos - IRF M1	C. E. F.	0484-7	158-5	1.766.545,34
Conta investimentos – IRF-M RF	C. E. F.	0484-7	158-5	1.151.949,99
Conta investimentos – Ret Total	B.B.	0484-7	9096-4	3.574.807,56
Conta investimentos - IPCA	B.B.	0484-7	9096-4	1.761.653,42
Conta investimentos - IMAB 5+	B.B.	0484-7	9096-4	3.681.843,75
Conta investimentos – IMA B	B.B.	0484-7	9096-4	4.155.546,89
Conta investimentos – Ações Bolsas Amer.	B.B.	0484-7	9096-4	2.118.779,62
Conta investimentos – Ações Agro	B.B.	0484-7	9096-4	604.932,77
Conta investimentos – Ações Tecnologia	B.B.	0484-7	24092-3	385.031,27
Conta investimentos – Ações Energia	B.B.	0484-7	24092-3	441.737,55
Conta investimentos – Ações Small Caps.	B.B.	0484-7	24092-3	502.758,75
Conta investimentos – Ações Retorno Total	B.B.	0484-7	24092-3	352.826,02
Conta investimentos – Ações Consumo	B.B.	0484-7	24092-3	248.280,06
Conta investimentos – Ações Set. Financeiro	B.B.	0484-7	24092-3	572.937,62
Conta investimentos – Ações Contr. Civil	B.B.	0484-7	24092-3	364.013,04
Total conta investimentos				26.844.843,53

Saldos em conciliações bancárias e Demonstrativos Contábeis **27.823.955,71**

4.0 Informação Complementar dos Principais itens das Demonstrações Contábeis

4.1 Notas do Balanço

N1 No exercício de 2022 não houve inscrições e Restos a pagar, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Saldo Exc. Anterior	Inscrição	Baixa	Canc.	Saldo Exerc. Seguinte
Restos a Pagar Processado	1.303.510,00	0,00	1.303.510,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processado	7.500,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00
Total	1.311.010,00	0,00	1.311.010,00	0,00	0,00

SISTEMA OPERACIONAL

O software utilizado pela INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA - PREVIM é sistema da Fiorilli.

PORTAL DE TRANSPARÊNCIA

Os demonstrativos contábeis referentes a prestação de contas do exercício de 2022 e de demais obrigações contidas na LRF estão disponibilizados no portal da transparência do instituto de Previdência de Paranaíba conforme nos seguintes endereços:

<http://www.previm.ms.gov.br/site/publicacoes/--balancos>

http://previm.ms.gov.br/portal_transparencia/index.html

Paranaíba-MS, 27 de março de 2023.

Rogério Luiz de Paulo
Contador
CRC nº MS-008021/O-0